

# A Inserção da América Latina no Capitalismo Global (2003-2014)

Francisco Luiz Corsi

**Como citar:** CORSI, F. L. A Inserção da América Latina no Capitalismo Global (2003-2014). *In* : AGUILAR, S. L. C.; CORSI, F. L.; PIRES, M. C. (org.). **A Perspectiva sul-americana das relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p.141-155. DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-769-2.p141-155>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NO CAPITALISMO GLOBAL (2003-2014)<sup>1</sup>

*Francisco Luiz Corsi*

O objetivo das presentes notas é discutir a inserção da América Latina no capitalismo global na última década. O desempenho das economias latino-americanas foi fortemente impactado tanto pela fase expansiva do capitalismo global (2003-2007) quanto pela crise aberta em 2007 e que se estende até os dias de hoje. Defende-se a proposição segundo a qual só é possível entendermos a evolução recente da inserção latino-americana no contexto das profundas transformações do capitalismo, em particular as ocorridas no âmbito da divisão internacional do trabalho em virtude da reconfiguração espacial do sistema. Evidentemente que tema tão complexo não será esgotado aqui. Pretende-se apenas traçar um quadro geral e levantar algumas questões para posterior reflexão.

## A RECONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO GLOBAL

A partir da década de 1980 observou-se grande incremento da especulação com títulos, ações e moedas em escala global. Este processo tornou-se possível graças sobretudo a abertura das economias nacionais, a desregulamentação financeira e ao desenvolvimento de novas tecnologias da informação. O crescente inchaço da esfera especulativa sugere existir

---

<sup>1</sup> Capítulo baseado em (Corsi, 2006, 2011).

dificuldades de valorização do capital na esfera produtiva, em especial nos EUA, no Japão e na Europa, embora a reestruturação do capitalismo que se seguiu a crise de superprodução da década de 1970 ter imposto um incremento dos salários abaixo da produtividade e propiciado a recuperação das taxas de lucro<sup>2</sup>. A existência de considerável capacidade produtiva em escala global, fruto em grande medida do surgimento de novo espaço de acumulação de capital na Ásia, que também derivou da reestruturação do capitalismo<sup>3</sup>, coloca obstáculos para a acumulação de capital no centro do sistema, dado os problemas de competitividade das economias dessa região, e estimula os capitais aí formados a buscarem outras regiões ou a esfera financeira para se valorizarem. O gigantismo das finanças globais aponta para a hegemonia do capital financeiro (CHESNAIS, 1996)

O domínio do capital financeiro tende a limitar o investimento<sup>4</sup>. Isto e o lento crescimento dos salários acabam por arrefecer a demanda agregada. A ampliação do mercado tornou-se mais dependente do endividamento das famílias e do setor público. O endividamento constitui-se em elemento central da acumulação no capitalismo global, pois sustenta, em grande parte, o seu crescimento. Não por acaso o nível da acumulação de capital tem sido insuficiente para assegurar a valorização do capital na produção em um contexto de crônicos problemas de superprodução (BRENNER, 2003). O resultado é um crescente volume de capital fictício, que só consegue valorizar-se ao inflar continuamente a especulação<sup>5</sup>.

Em decorrência desses processos o capitalismo global passou a depender cada vez mais de bolhas especulativas para sustentar a valorização

---

<sup>2</sup> A busca da recuperação da taxa de lucro, cuja queda foi um dos fatores determinantes da crise de superprodução dos anos 1970, induziu a reestruturação do capitalismo. Sobre esse processo ver Chesnais (1996, 2005) e Brenner (2003).

<sup>3</sup> Sobre a ascensão do Leste asiático como novo polo de acumulação ver Corsi (2011).

<sup>4</sup> O capital financeiro, segundo Chesnais (2005), sugaria capital da esfera produtiva para as aplicações financeiras, dificultando dessa maneira a retomada mais vigorosa dos investimentos, apesar das taxas de lucros terem se recuperado a partir de meados dos anos 1980 depois de tenderem a cair desde meados da década de 1960. Estaria aí a causa central do lento crescimento. Através do controle acionário, a burguesia, que teria se tornado uma classe rentista e que teria, portanto, passado a apresentar um comportamento patrimonialista, imporá uma “forma radical do direito de propriedade” que submeterá as empresas e os assalariados a lógica de rentabilidade do capital financeiro. A majoração dos dividendos e juros exigida pelo capital portador de juros resultaria na redução dos lucros retidos para financiar os investimentos e levaria a rejeição de projetos que não assegurassem as taxas requeridas pelos acionistas. A tendência a redução dos salários somada à queda dos investimentos levaria ao desempenho sofrível de boa parte da economia mundial (CHESNAIS, 2005, p. 50-58).

<sup>5</sup> O capital fictício também cresce em virtude das reaplicações na esfera financeira do capital valorizado na especulação. Dessa forma, existe um mecanismo endógeno que expande sistematicamente o capital fictício.

do capital. Desde meados da década de 1980, verifica-se uma sucessão de bolhas especulativas. Inicialmente essas bolhas concentraram-se no centro do sistema, para depois assolarem a periferia nos anos 1990 e retornarem ao centro na década seguinte. O estouro da bolha imobiliária nos EUA em 2007 parece ter aberto uma crise estrutural. O início desse processo foi o estouro da bolha com ações de empresas que compunham a chamada nova economia na *National Association of Securites Dealers Automated Quotations* (NASDAQ), em 2000. Naquele momento, indícios sugeriam que o capitalismo encontrava-se diante de uma crise de grandes proporções. As previsões pessimistas não se confirmaram (BRENNER, 2006).

A resposta dada à crise na NASDAQ aparentemente tinha afastado o espectro da crise estrutural. O governo dos EUA, que liderou o combate à crise, implementou uma política de caráter expansivo. A resposta à crise baseou-se na redução dos juros, na ampliação do crédito, na expansão do gasto público e no corte dos impostos. O objetivo era estimular o consumo e o investimento. Ponto importante dessa política foi a majoração dos gastos militares norte-americanos, que subiram 6% em 2001 e 10% no ano seguinte, o que contribuiu para o grande déficit de 450 bilhões de dólares em 2003 (BRENNER, 2006, p. 128-133).

Paralelamente, as taxas de juros dos empréstimos hipotecários de longo prazo declinaram cerca de 40% entre 2000 e 2003 e tenderam a cair mais devagar até 2006. O resultado dessas medidas foi sobretudo o incremento do consumo, que puxou a atividade econômica. Neste contexto, de expansão os preços dos imóveis aumentaram. A majoração do valor do patrimônio dos proprietários de imóveis estimulou ainda mais o endividamento das famílias, o que alimentou a bolha especulativa. Ou seja, a recuperação da economia dos EUA foi impulsionada pelo crescente endividamento das famílias, das empresas e do Estado e pela especulação imobiliária (BRENNER, 2006, p. 128-130; HARVEY, 2011).

É importante assinalar que o incremento da atividade econômica nos EUA estimulou, por meio do aumento dos seus déficits comerciais<sup>6</sup>, o conjunto da economia mundial, sobretudo o Leste asiático, que a par-

---

<sup>6</sup> Em 2006, o déficit comercial norte-americano atingiu a cifra de 6,2% do PIB (BRENNER, 2006).

tir de sua relação simbiótica<sup>7</sup> com a economia norte-americana se firmou como um polo dinâmico de acumulação de capital, responsável, em parte, pela fase expansiva global entre 2003 e 2008. O forte crescimento chinês, estimulado em boa medida pelas exportações, elevou o consumo por commodities e, portanto, os preços das mesmas, que também subiram devido à especulação. Este desdobramento contribuiu para impulsionar a atividade econômica nos países exportadores de matérias-primas. Dessa maneira, o crescimento atingiu o conjunto da economia global, que cresceu, entre 2003 e 2007, 5,0% em média por ano (BELLUZZO, 2009).

Neste contexto de expansão acelerada da economia mundial, aprofundaram-se processo que vinham se desenrolando desde pelo menos a década de 1990. A constituição de cadeias globais de produção sofreu um considerável impulso. O capital buscou cada vez mais criar novos espaços de acumulação, nos quais pudesse dispor de mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada. Este processo comandado pelas grandes corporações, visando o estabelecimento, por meio de empresas em rede, de processos globais de produção e distribuição, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente, se consolidou (BASUADO; ARCEO, 2006).

Os impactos da reconfiguração espacial do capitalismo na periferia do sistema foram abrangentes, mas com resultados bastante diferenciados em virtude de uma série de determinações geopolíticas, econômicas e culturais. Os países em desenvolvimento da Ásia, que desde a década de 1960 tinham optado por projetos de desenvolvimento voltados para as exportações de manufaturados, foram favorecidos na nova configuração do capitalismo. Os países latino-americanos, que perseguiam desde a década de 1930 um desenvolvimento voltado para o mercado interno, entraram em uma fase de estagnação econômica, crise social e instabilidade. As ex-

---

<sup>7</sup> A crescente aplicação de reservas de vários países em títulos dos EUA, em especial por parte China, passou a desempenhar papel de grande relevância para o equilíbrio da economia mundial. A aplicação desses recursos nos EUA tornou-se importante para a sustentação do seu duplo déficit (o externo e o fiscal), do dólar e para manutenção das políticas econômicas expansivas. Também é importante para a sustentação da especulação financeira. Os países asiáticos superavitários ao financiarem os déficits norte-americanos respondem aos seus interesses. Permitem aos EUA manter políticas monetárias e creditícias expansionistas, que impulsionam a economia norte-americana e o seu elevado déficit externo. Dessa maneira, promovem as suas próprias exportações e produção ao financiarem o excesso de consumo norte-americano. Paralelamente, mantêm suas moedas desvalorizadas em relação ao dólar. Essas relações, segundo Belluzzo (2009), denotam a simbiose existente entre as economias asiáticas e a norte-americana. No entanto, essa simbiose possui fundamentos frágeis, pois esse esquema de financiamento tende a solapar o setor produtivo norte-americano e a enfraquecer o dólar (BELLUZZO, 2009; CORSI, 2006, 2011).

periências socialistas foram impactadas negativamente por essas transformações, o que contribuiu, por um lado, para crise da URSS e, por outro, para a bem sucedida transição chinesa para o capitalismo.

Todavia, não parece correto creditar a ascensão do Leste asiático unicamente as transformações no padrão de acumulação global. É necessário levar em conta outros determinantes, como o papel do Japão na região asiática, pois este país intensificou suas exportações de capital e tecnologia para a região a partir dos anos 1980. Os EUA, por seu turno, adotaram políticas condicionadas pelos seus interesses estratégicos de contenção da URSS. Políticas que contribuíram para o desenvolvimento regional, particularmente da Coreia do Sul, e para a reinserção chinesa na economia mundial (MEDEIROS, 1997).

É preciso também levar na devida conta a adoção de projetos de desenvolvimento calcados nas exportações de produtos manufaturados e o abrangente papel do Estado na industrialização desses países, controlando variáveis chave da economia, como, câmbio, taxa de juros, crédito, etc., e dos setores considerados estratégicos. O Estado também foi central no esforço autônomo de produção de tecnologia, o que exigiu pesados investimentos públicos e privados em educação e pesquisa. O resultado foi a inserção de maneira dinâmica de vários países da região no capitalismo global<sup>8</sup> (AMSDEN, 2009).

Os países da América Latina enfrentaram grandes dificuldades na nova configuração do capitalismo, entraram em uma fase de baixo crescimento e instabilidade por duas décadas. A crise do padrão de acumulação desenvolvimentista na região teve início concomitantemente a crise estrutural do capitalismo a partir da implantação das ditaduras no Chile, em 1973, e na Argentina, em 1976. Na década de 1980, os países latino-americanos foram asfixiados pelas crises da dívida externa, inflacionárias e fiscais, que os alijou dos fluxos internacionais de capital, além de sofrerem acentuada queda nos termos de intercâmbio, em decorrência da crise mundial derivada das políticas recessivas dos EUA. Sob pressão da crise, dos EUA, do FMI, do capital financeiro global e de amplos setores internos das classes

---

<sup>8</sup> A China, embora parte desse processo, apresenta uma série de peculiaridades. Contudo, fugiria dos limites do artigo aprofundar este ponto. Cabe apenas assinalar que a revolução Chinesa foi sobretudo uma revolução nacional, pautada por um projeto de transformar a China em grande potência. Ver a respeito: Arrighi (2008) e Medeiros (2008).

dominantes vários governos da região adotaram, com pronunciados matizes nacionais, planos de estabilização, abertura e desregulamentação de suas economias e amplo processo privatização, inspirados no chamado Consenso de Washington. De modo geral, os Estados perderam, em parte, o controle sobre suas economias nacionais e deixaram de ter condições de coordenar e liderar o desenvolvimento (CANO, 2000; BASUALDO; ARCEO, 2006).

Os países que não seguiram as políticas do Consenso de Washington, como os asiáticos, tiveram um melhor desempenho econômico. Cabe destaque para a China, cuja crescente projeção não implicou, até o momento, um confronto direto com a potência hegemônica. Até a crise de 2008, a economia chinesa e a de outros países da região, cresceram, em parte, com base nas exportações, estimuladas em grande medida pelos EUA, que funcionam como provedores de demanda global. A crise atual parece inviabilizar a continuidade desse processo, pelo menos como vinha se processando até agora.

Entretanto, observa-se um acúmulo de atritos entre a China e os EUA desde a década de 1990. Depois da crise asiática de 1997, a China paulatinamente tornou-se o centro da economia asiática. A centralidade regional da China e o peso cada vez maior de seu mercado interno tendem a enfraquecer sua relação simbiótica com os EUA. A crescente projeção chinesa levou os EUA a adotarem uma política de contenção da China como eixo estratégico de sua política externa. A China reage não só fortalecendo seu mercado interno e intensificando seus gastos militares, mas também buscando aproximar-se da Rússia. A China também desenvolve ampla política expansionista em termos econômicos na África e na América Latina com intuito de garantir fornecimento de bens primários (MEDEIROS, 2008). A China parece tender a criar sua própria periferia e assim redefinir a divisão internacional do trabalho. Não apenas em escala regional, mas também em termos globais. A América Latina está sendo atraída pela força gravitacional da China.

Todavia, o centro da economia mundial continua residindo nas economias centrais, o que ficou evidente na crise aberta em 2007. A expansão da economia norte-americana na fase expansiva 2003-2007 foi puxada sobretudo pela especulação imobiliária, que sustentava-se em imenso volume de emissão de títulos hipotecários. Quando a bolha especulativa

explodiu, estimava-se que o valor total desses títulos alcançava cerca de 12 trilhões de dólares, sendo parte considerável desse montante constituída de títulos subprime<sup>9</sup> (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008). Para fugir do risco e obter mais recursos para alimentar o processo especulativo por meio de novos financiamentos imobiliários, os bancos e as instituições de crédito imobiliário norte-americanas venderam esses títulos em mercados secundários e os tomaram como base para o lançamento de diferentes tipos de outros títulos (credit default swaps e vários tipos de produtos estruturados), que foram por sua vez vendidos para bancos e fundos de investimentos espalhados pelo mundo. Ou seja, disseminou-se a prática de transformar e vender títulos emitidos em um mercado primário e créditos bancários, entre eles os hipotecários, em títulos negociáveis em mercados secundários. Este processo constituiu uma rede de especulação com base em títulos lastreados em hipotecas, muitas das quais de solvência duvidosa. Este fato elevava o risco de grande parte do sistema financeiro em escala mundial. Os problemas começaram a aparecer 2006, dado os altos índices de inadimplência. (BELLUZZO, 2009; CHESNAIS, 2005, 2012; HARVEY, 2011).

A situação deteriorou-se em virtude do aumento da taxa de juros em 2006. Aumento que respondeu as pressões inflacionárias e a tentativa por parte do *Federal Reserve* (FED) de desarmar a bolha especulativa. A elevação dos juros amentou a inadimplência, que atingiu, em 2007, mais de 2 milhões de famílias. A demanda por imóveis e os seus preços caíram. Queda também reforçada pela recolocação dos imóveis retomados pelas instituições de crédito imobiliário no mercado. A elevação da inadimplência fragilizou as instituições financiadoras do setor imobiliário e toda a rede de especulação formada a partir dessas operações de financiamento, dado que essas instituições tinham vendido boa parte dos seus títulos lastreados em hipotecas para se financiarem em escala mundial. Este processo foi potenciado pela existência de outras bolhas imobiliárias na Espanha, na Inglaterra e na Irlanda (HAVEY, 2011, p. 9-12).

---

<sup>9</sup>O subprime é um tipo de financiamento no qual o tomador de crédito não oferece garantias que lhe permita usufruir de taxas de juros mais baixas (prime rate). Bastante utilizado na concessão de empréstimos imobiliários nos EUA, sendo que o imóvel financiado torna-se a garantia do financiamento. Portanto, os títulos emitidos pelas instituições de financiamento imobiliário nestas condições apresentavam risco alto de inadimplência, embora a entidade provedora do crédito contar com a garantia, o próprio ativo, que revendido no mercado poderia gerar lucros.

A crise só não foi catastrófica graças a rápida ação dos bancos centrais dos países desenvolvidos e de alguns países emergentes, que garantiram os depósitos e injetaram bilhões de dólares na economia para evitar o colapso da liquidez. Esta ação salvou o capital da debacle financeira<sup>10</sup> (BELLUZZO, 2009; HARVEY, 2011). Mas o enorme volume de ativos tóxicos nas carteiras de inúmeros bancos, fundos de investimento e companhias de seguros espalhou a crise, que se disseminou pelo mundo e cortou o processo de expansão com diminuição da vulnerabilidade externa e melhora de indicadores sociais de muitos países latino-americanos. É neste contexto de rápidas transformações globais que deve ser analisada a inserção da América Latina no capitalismo global.

## OS IMPACTOS DA RECONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA

Na última década, observa-se uma tendência da América Latina inserir-se de forma pouco dinâmica na economia mundial, particularmente como exportadora de commodities e de manufaturas de baixo conteúdo tecnológico. Essa tendência começou a delinear-se a partir da fase expansiva 2003-2007. Este período foi marcado, entre outros aspectos importantes, pelo acelerado crescimento chinês, que, como já foi assinalado, elevou os preços das commodities, que também subiram devido à especulação. Um dos resultados desse processo foi a melhora dos termos de intercâmbio e das contas externas da América Latina, o que contribuiu para o bom desempenho da atividade econômica na região. A redução da vulnerabilidade externa abriu espaço para políticas econômicas expansivas e reduziu a dependência dos capitais especulativos.

Entretanto, o crescimento da região no período em pauta também deveu-se as políticas econômicas expansivas adotadas por vários governos, em especial a partir da guinada política para centro esquerda em vários países da região. As políticas econômicas expansivas e as medidas

---

<sup>10</sup> Apesar da queima de trilhões de dólares de capital fictício na forma de desvalorização de ações e títulos a crise não foi superada, pois Harvey (2011, p. 26) estima o montante de capitais circulando na especulação financeira nos mercados globais em 600 trilhões de dólares em 2008 para um PIB mundial da ordem de 50 trilhões. A queima desse excesso de capital fictício e de capital constante, expresso no excesso de capacidade ociosa global, são fundamentais para a superação da crise, que tende a se arrastar devido a lentidão ou a insuficiência da destruição do capital que encontra dificuldade em valorizar-se a taxa considerada normal de lucro. Isto ajuda a explicar as dificuldades das medidas expansivas reanimar a economia mundial.

distributivas da renda adotadas pelos governos de centro-esquerda contribuíram para o acelerado crescimento no período 2003-2008, pois incentivaram o aumento do consumo e dos investimentos.

Entretanto, os impactos da ascensão chinesa não foram apenas positivos, contribuíram para um retrocesso da inserção da América Latina na economia mundial, pelo menos para os países mais desenvolvidos da região. A tendência de reprimarização da pauta de exportações é clara. No período 1981-82, 77% das exportações latino-americanas eram de matérias primas e manufaturas baseadas em recursos naturais. Em 2001-2002, estes números foram respectivamente 44,2% e 55,8%. Em 2008-2009, observa-se uma clara reprimarização das exportações, pois 59% das mesmas foram de matérias-primas e de produtos manufaturados baseados em recursos naturais. As manufaturas de baixa, média e alta tecnologia somaram 41%. A participação nos setores de alta tecnologia é modesta, mas são estes setores que têm alcançado as mais altas taxas de crescimento no comércio internacional. As exportações de commodities para China representaram 85% do total exportado em 2011. No período 2000-2013, verifica-se expressiva elevação do comércio com a região da Ásia-Pacífico. Porém, as exportações de produtos manufaturados da América Latina perderam terreno (LA COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL), 2010, p. 13; CEPAL, 2013). Também é necessário indicar que as exportações latino-americanas cresceram abaixo da média mundial. Enfim, a América Latina perdeu peso na economia mundial. Este desempenho no seu conjunto indica que o setor exportador dificilmente poderá ser o eixo do desenvolvimento regional.

O crescimento das exportações de bens primários favoreceu mais os países sul-americanos. Em 2000, as exportações para China representavam 8,3% das exportações totais do Brasil e 20% das chilenas. Atualmente, a China ocupa o primeiro lugar como compradora das exportações desses dois países e segundo lugar nos casos do Peru e da Argentina. Os países cujas economias são especializadas nas exortações de bens primários se beneficiaram com o intenso comércio com a China. Argentina, Uruguai, Colômbia e Brasil, embora tenham também se beneficiado do comércio com o país asiático, sofrem crescente concorrência em uma série de linhas de produção, em particular no caso brasileiro, o que sugere muita

cautela na avaliação dos impactos da projeção chinesa na América Latina. Os termos de intercâmbio da América do Sul, entre 2000 e 2010, melhoraram cerca de 60%, graças, em boa medida, a ampliação da demanda chinesa por bens primários. Os países centro-americanos e o México não se beneficiaram com a mesma intensidade, pois suas exportações para a China representam 2% do total por eles exportado. Estes países também foram os que mais sofreram com a concorrência chinesa no setor de bens manufaturados, em especial no mercado norte-americano. Os termos de intercâmbio dos países centro-americanos, entre 2000 e 2010, declinaram 14% (CEPAL, 2013).

Concomitantemente, ao processo de reprimarização das exportações observa-se a queda da participação do setor industrial no PIB da América Latina, que caiu 30% entre 1975 e 2000, acompanhando a queda da participação da região na produção industrial da periferia, que foi de 37% para 26% no mesmo período. O peso da indústria de transformação no PIB da América Latina e da Ásia em desenvolvimento correspondia respectivamente a 16% e 10%, no início da década de 1970. Em 1980, na América Latina esse número alcançou 23% e declinou nas décadas seguintes. Enquanto na Ásia a indústria de transformação representava cerca de 30% do PIB em 2010. Estes números, somados a reprimarização das exportações, sugerem estar em curso um processo de desindustrialização das economias latino-americanas (BASUALDO; ARCEO, 2006, p. 53-54; LEÃO; PINTO; ALCIOLY, 2011). Este quadro tendeu a se deteriorar com a crise mundial, apesar das economias latino-americanas terem inicialmente sido relativamente pouco afetadas pela crise. Porém, a partir do repique da crise mundial em 2011 os países da região vem enfrentando crescentes dificuldades. Os governos de centro-esquerda não conseguiram mudar os rumos da economia, apesar da retomada do crescimento econômico e da melhoria de alguns indicadores sociais (PRADO, 2012).

Taxas de juros superiores à média dos países centrais foram responsáveis maiores pela atração de grandes volumes de capital especulativo para a região. Um dos resultados desse processo foi a valorização das moedas da região, o que contribuiu para o acirramento da concorrência das importações com os produtos nacionais e a deterioração das contas externas. Verifica-se o acirramento da concorrência nos mercados latino-americanos. Os seto-

res mais impactados pela concorrência foram os seguintes: têxtil, calçados, confecções, material de borracha e plástico, máquinas, equipamentos e automotivo e seus componentes. Particularmente afetados foram a Argentina, o México e o Brasil. As importações da China e dos demais países em desenvolvimento da Ásia tem crescido mais que as de outras regiões. A América Latina apresenta um déficit crônico nas importações de bens manufaturados com a Ásia em desenvolvimento desde 2005. Este quadro se expressa no incremento da vulnerabilidade externa (CEPAL, 2013).

Em 2012 e 2014, ocorreu um retrocesso do superávit comercial da região, devido à desaceleração da economia mundial. Para a América do Sul, verificou-se uma queda dos preços dos produtos de exportação, enquanto os preços dos produtos importados mantiveram-se estáveis. O resultado foi uma queda de 1,8% nos termos intercâmbio. Em 2013, o déficit nas transações correntes da região foi de 2,5% do PIB regional. Embora este déficit tenha sido coberto pelos investimentos externos diretos, a continua deterioração das transações correntes indica um aumento da vulnerabilidade externa (CEPAL, 2013).

A região está longe de ser um todo homogêneo. Em virtude da reprimarização das exportações alguns países sul-americanos têm cada vez mais se especializado em setores primários e de manufaturados de baixo valor agregado e baixo conteúdo tecnológico. Os indícios apresentados sugerem estar algumas economias sofrendo uma involução estrutural, que tende a reforçar a posição subordinada e dependente na economia mundial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, as alternativas colocadas para a América Latina não parecem ser cada vez mais difíceis. A reconfiguração especial do capitalismo e o surgimento de um novo centro de acumulação na Ásia estão impondo uma divisão internacional do trabalho adversa na qual a subordinação e dependências dos países latino-americanos tenderão a se aprofundar.

O Leste asiático, em particular a China, parece consolidar-se como centro dinâmico do capitalismo global, reduzindo sua relação simbiótica com os EUA. A crise apontou que o modelo calcado no crescente endividamento das famílias, empresas e instituições financeiras, que tem sustentado

a economia norte americana e a fez a ocupar o lugar de consumidor global em última instância, parece não ser mais sustentável. Concomitantemente, a China parece tender a constituir sua periferia. Cabe indagar se devido ao fato da economia mundial não ter entrado em profunda recessão depois de 2008, graças, sobretudo, ao crescimento econômico dos países em desenvolvimento, estimulado, em boa medida, pelo crescimento chinês, não estaríamos diante de um novo padrão de acumulação de capital em escala global. Neste contexto, a América Latina tenderá a compor as cadeias produtivas centradas na China como fornecedora de commodities e de produtos manufaturados pouco intensivos em tecnologia. Essa tendência, reforçada pela crise atual, aprofundará, tudo indica, a dependência da América Latina em relação à Ásia. Contudo, a tendência a desaceleração da economia chinesa verificada no rastro da crise de superprodução global nos últimos anos poderá tornar esse caminho mais tortuoso, contribuindo para desacelerar substantivamente o crescimento latino-americano.

As estratégias neoliberais apresentaram, do ponto de vista do crescimento econômico, um resultado inferior se comparadas as desenvolvimentistas. Na maior parte dos países que as adotaram na América Latina, elas fracassaram e passaram a ser cada vez mais questionadas. O período entre 1990 e 2003 foi caracterizado pelo baixo crescimento, pela ampliação do desemprego, pela ampliação da desigualdade social, pela instabilidade e pela vulnerabilidade externa. As políticas neoliberais foram exitosas no controle da inflação. A melhora da situação econômica no período 2003-2008 deveu-se ao quadro favorável da economia mundial e a adoção de medidas alternativas as políticas neoliberais. Contudo, foi justamente na fase em que muitos países da região flexibilizaram (ou romperam) a estratégia neoliberal de desenvolvimento que se firmou aparentemente a tendência de uma inserção pouco dinâmica e passiva no capitalismo global, o que indica o peso das transformações em curso no sistema capitalista na determinação dos rumos das economias latino-americanas.

A América Latina, no entanto, não pode ser considerada como homogênea. Do ponto de vista das vias de desenvolvimento capitalista e da inserção na economia mundial existem aparentemente diferentes alternativas, dependendo da estrutura socioeconômica, da correlação de forças entre as classes, dos diferentes projetos das classes para a nação e da posição

geopolítica de cada país. Os países de menor desenvolvimento, com mercados internos acanhados e setor industrial pouco diversificado, parecem tender a aprofundar essa inserção passiva, caracterizada pela exportação de bens primários e manufaturas de baixo valor agregado e pelo desenvolvimento de indústrias maquiladoras. A maioria dos países que compõem a Aliança para o Pacífico parece caminhar nesta direção. O México, que tem uma economia mais complexa, também fez essa opção política, seguindo a linha adotada desde a formação da Nafta. Esses países se voltam, apesar de inúmeros problemas, prioritariamente para os imensos mercados asiáticos e norte-americano. Colômbia e Peru, que seguem esta estratégia, têm apresentado crescimento considerável, mas muito dependente da situação internacional. Venezuela, Equador e Bolívia, que possuem governos mais à esquerda e almejam autonomia, implementaram projetos centrados no enfrentamento das desigualdades sociais e no controle nacional dos recursos naturais, deixando em segundo plano a diversificação da economia. Dessa forma, não conseguiram romper com a inserção baseada na exportação de produtos primários. A expansão de seus mercados internos ampliou as oportunidades para as exportações manufatureiras de seus parceiros regionais, em especial o Brasil. A Argentina, aparentemente, encontra-se em uma posição intermediária entre estes países de baixa densidade econômica e o Brasil, país de relativo potencial de crescimento dinâmico e de projeção política e econômica global.

Para o Brasil, nos marcos do capitalismo, duas possibilidades parecem mais plausíveis. Uma de crescer com base no mercado interno, mas sem abrir mão de um forte setor exportador, que desenvolva as cadeias produtivas a ele vinculadas, e da participação do capital globalizado em sua economia. Outro espaço de acumulação nesta perspectiva residiria nos enormes investimentos em infraestrutura, em saúde, em educação e no meio ambiente (proteção ambiental, combate à poluição, fontes limpas de energia, etc), necessários para enfrentar os graves problemas destes setores. Desenvolver o mercado interno implica ter um setor industrial forte, inclusive com alguns ramos voltados para as exportações, e em um setor de serviços moderno. Assim seria possível sustentar o crescimento, o emprego e a renda em um patamar elevado, respondendo as demandas do grosso da população. O aprofundamento da integração regional poderá contri-

buir para este encaminhamento, apesar das contradições e tensões desse processo. Os governos Lula e Dilma, baseados em uma ampla aliança de classes, esboçou, sem muito sucesso, uma política nesta direção. Outra possibilidade seria uma economia centrada em um amplo setor de serviços, em um forte setor financeiro e nas exportações de bens primários e de bens manufaturados de baixo valor agregado. Nesta alternativa, existiria aparentemente menor possibilidade de enfrentar os problemas relativos ao emprego, a distribuição da renda e as desigualdades sociais. Amplos setores das classes dominantes, articulados ao capital financeiro global, defendem essa saída. Qual dessas possibilidades se concretizará ainda não é possível saber. Isto dependerá do desfecho da crise mundial e dos embates das classes e de seus projetos.

## REFERÊNCIAS

- AMSDEN, A. H. *A ascensão do resto: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.
- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo 2008.
- BASUALDO, E.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- BELLUZZO, L. G. M. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.
- BORÇA JR G.; TORRES FILHO, E. Analisando o subprime. Revista do BNDES, n. 30, dez, 2008, p. 14-30.
- BRENNER, R. *O boom e a bolha*. Os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- \_\_\_\_\_. Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana. In: SADER, Eder (org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 90-120.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.
- CEPAL. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y Caribe*. Santiago, 2010. Disponível em: <[www.eclac.org/estadisticas](http://www.eclac.org/estadisticas)>. Acesso em: 11 set. 2010.

CEPAL. *La Republica Popular China y América Latina y el Caribe. Hacia una la inserción internacional de América Latina y Caribe*. Santiago, 2013.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Dívidas impagáveis*. Lisboa: Círculo, 2012.

CORSI, F. L. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALVES, G.; GONZALES, J. L.; BATISTA, R. L. (Org.). *Trabalho e educação: contradição do capitalismo global*. Maringá: Massoni, 2006, p. 17-46.

CORSI, F. L. Crise e reconfiguração do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático. In: PIRES, M. C.; Paulino, L. A. (Org.). *As relações entre China e América Latina num contexto de crise*. Estratégia, intercâmbios e potencialidades. São Paulo, LCTE, 2011. P. 109-130

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011. .

LEÃO, R. P.; PINTO, E. C.; ALCIOLY, L. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília, DF: IPEA, 2011.

MEDEIROS, C. A Globalização e a inserção diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L.. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 279-346

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transição na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.. A.; SERRANO, F. L. P. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-272.

PALMA, G. “Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina”. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 393-454.

PRADO, A.. *El desarrollo en América Latina después de la crisis financiera de 2008*. Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes>>. Acesso em: 1 set. 2014.